

# Por uma teoria psicogeográfica da comunicação

## **Thiago Machado Balbi**

Doutorando; Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil  
thiagobalbi@gmail.com

## **Lucrecia D'Alessio Ferrara**

Doutora; Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil  
ldferrara@hotmail.com

## **Resumo**

Considerando certa escassez de teorias comunicacionais atentas ao comunicar espontâneo do cotidiano, o trabalho destina-se à reflexão sobre o conceito de psicogeografia com tal propósito. O termo psicogeografia foi usado pela Internacional Situacionista para designar os estudos do grupo sobre as influências que atingem a relação entre o indivíduo e o ambiente geográfico. Propõe-se uma articulação entre o viés prático/empírico dos situacionistas e teorias de geógrafos como Augustin Berque, Milton Santos e Henry Lefebvre, para os quais a relação da humanidade com o seu meio é, sobretudo, uma relação comunicativa.

## **Palavras-chave**

Comunicação. Cidade. Cotidiano. Psicogeografia.

## **1 Introdução: a prática psicogeográfica**

O trabalho tem como objetivo levantar algumas reflexões acerca do conceito de psicogeografia, difundido pela Internacional Situacionista em meados do século XX. A questão concentra-se em uma tentativa de complementar o desenvolvimento teórico produzido pelos situacionistas, no qual a psicogeografia aparece mais como prática do que como teoria, a fim de, por sua vez, propor algumas contribuições epistemológicas para os estudos comunicacionais. Não se trata, todavia, de crítica ao viés empírico priorizado pelo grupo, ao contrário, a intenção deste trabalho é recuperar o conceito, articulando teorias com afinidades evidentes para, então, refletir sobre as relações entre empiria e epistemologia no campo da comunicação, consideradas urgentes e necessárias.

A Internacional Situacionista – ou I. S., como gostavam de ser chamados – foi uma vanguarda que atuou, na Europa, a partir de 1957 e foi se dissipando alguns anos depois dos acontecimentos de maio de 68, nos quais marcaram presença ativa e relativo destaque. A I.S.<sup>1</sup> surgiu da união dos seguintes grupos: a Internacional Letrista (I. L.), o Movimento Internacional por uma Bauhaus Imaginista (IMIB) – uma dissidência do Grupo CoBra (Copenhague, Bruxelas e Amsterdã) –, e a Associação psicogeográfica de Londres (LPA) que já vinham, havia alguns anos, refletindo sobre o conceito em questão.

A atuação da I. S. era tanto artística quanto política – uma distinção que, vale salientar, faziam questão de negar – e consistia na revisão da arte por meio de sua fusão com a vida cotidiana, priorizando a cidade como suporte temático fundamental. Conforme o filósofo italiano Mario Perniola (2009) que, os conhecendo de perto, produziu uma das mais relevantes biografias do grupo,

O projeto de superação da arte encontra, entretanto, a sua determinação mais importante no conceito de situação, do qual toma nome o inteiro movimento. A *situação construída* é definida como um momento da vida concretamente e deliberadamente construído por meio de uma organização coletiva de um ambiente unitário e de um jogo de porvires. Ocorre, todavia, distinguir pelo menos três interpretações primárias da ideia de situação: uma *psicológica*, uma *técnico-urbanística* e uma terceira *existencial*, que se transforma rapidamente em *social-revolucionária*. (PERNIOLA, 2009, p. 26, grifo nosso).

Na definição de “situação construída”, o termo “momento” é uma referência direta à “teoria dos momentos” de Henri Lefebvre<sup>2</sup>:

A teoria dos momentos não se situa, portanto, fora da cotidianidade, mas se articula com ela, ao juntar-se com a crítica, para nela introduzir o que lhe falta. Sua tendência seria de superar, no cotidiano, numa nova forma de fruição particular unida ao todo, as velhas oposições entre leveza e falta de graça, entre seriedade e falta de seriedade. (LEFEBVRE, 1959<sup>3</sup> apud INTERNACIONAL..., 2003b, p. 121)

<sup>1</sup> Entre os nomes mais expressivos da I. S., estão: Guy Debord, que liderava o grupo, autor do célebre *A sociedade do espetáculo* (1997); Michele Bernstein; Asger Jorn; Jacqueline de Jong; Raoul Vaneigem; Constant Nieuwenhuys; Ivan Chitchevlov, que usava o pseudônimo Gilles Ivain; Attila Kotányi; Ralph Rumney e Mustapha Khayati. O grupo era formado por membros de vários países, sobretudo França, Bélgica, Holanda, Itália, Reino Unido, Dinamarca, Tunísia e Hungria.

<sup>2</sup> Nesse contexto, é fundamental salientar a transdisciplinaridade da obra de Lefebvre, que atuou tanto na sociologia como na geografia e na filosofia. Embora seu nome esteja mais associado à sociologia, é bem provável que seu trabalho tenha impactado mais a geografia.

<sup>3</sup> LEFEBVRE, Henri. *La Somme et le Reste*. Paris: Editions NEF, 1959.

Segundo o próprio Lefebvre (1983) – em uma polêmica entrevista sobre a sua proximidade e seus desafetos com alguns situacionistas –, a ideia de “situação” foi proposta pela I. S., a fim de superar a sua “teoria dos momentos”. A seguir um trecho desta entrevista:

Eles [os situacionistas] mais ou menos disseram-me durante discussões: “o que você chama momentos, nós chamamos situações, mas nós estamos levando isto mais longe que você. Você aceita como momentos tudo o que aconteceu no curso da história (amor, poesia, pensamento). Nós queremos criar momentos novos”.

No entanto, como ele mesmo revela, trata-se de uma influência recíproca. Sua “teoria dos momentos” também se inspirou em um texto pré-situacionista do arquiteto holandês Constant Nieuwenhuys, chamado *Por uma arquitetura de situação*, de 1953<sup>4</sup> (LEFEBVRE, 1983). Trata-se, conforme outro trecho da entrevista de Lefebvre (1983, doc. não paginado), da primeira menção ao termo “situação”:

A ideia de um momento novo, de uma situação nova, já estava lá no texto de Constant de 1953. Porque a arquitetura de situação é uma arquitetura utópica que supõe uma sociedade nova, a ideia de Constant era que a sociedade não deveria ser transformada no sentido de continuar uma vida chata e monótona, mas no sentido de criar algo absolutamente novo: situações.

A aproximação de Lefebvre com os Letristas se deu por meio do CoBrA, grupo do qual Nieuwenhuys fazia parte. O que fica claro, com essa breve contextualização, é a confluência de ideias e objetivos comuns entre os grupos pré-situacionista e Lefebvre que, àquela altura, já era uma figura notória na Europa, tanto no meio acadêmico como na militância marxista. Tal confluência é marcada por reflexões e críticas sobre a vida cotidiana, os desejos individuais e coletivos, as artes, o trabalho e o capitalismo. O pano de fundo para essas críticas foram, evidentemente, as cidades.

Aquelas três interpretações do conceito de “situação” apontadas por Perniola (2009) resultam, contudo, dessa confluência de interesses. O conceito de psicogeografia que, notadamente, carrega as interpretações psicológicas, técnico-urbanísticas e existenciais,

---

<sup>4</sup> Embora Lefebvre destaque o *Por uma arquitetura de situação* como primeira menção ao termo que nomeou o grupo, trata-se de um texto indisponível e, provavelmente, não publicado.

surgiu, aparentemente, na primeira metade da década de 1950; coincidindo com a ideia de “arquitetura de situação”, conforme a menção que Lefebvre faz ao texto de Nieuwenhuys. Assim, tal qual a situação construída, a psicogeografia também envolve a superação da clivagem entre vida cotidiana e arte, tendo como horizonte a renovação das formas de subjetividade, das relações individuais e coletivas com a cidade e com a ação política.

A palavra psicogeografia, proposta por um cabila<sup>5</sup> analfabeto para designar o conjunto dos fenômenos observados pelo nosso grupo [*Internacional Letrista*] no verão de 1953, tem sua razão de ser. Faz parte da perspectiva materialista do condicionamento da vida e do pensamento pela natureza objetiva [...]. **A psicogeografia seria o estudo das leis exatas e dos efeitos precisos do meio geográfico, planejado conscientemente ou não, que agem diretamente no comportamento afetivo dos indivíduos.** O adjetivo psicogeográfico, que guarda uma imprecisão interessante, pode, portanto, ser aplicado aos dados estabelecidos por esse gênero de pesquisa, aos resultados de sua influência sobre os sentimentos humanos e até, de um modo mais geral, a qualquer situação ou conduta que pareçam provir do mesmo espírito de descoberta. (DEBORD, 2003a, p. 39, grifo nosso).

Essa longa citação levanta três aspectos fundamentais. O primeiro, obviamente, é a definição de psicogeografia, o conceito sobre o qual este trabalho se debruça. O segundo é a ênfase na dimensão empírica da psicogeografia, relativa aos “fenômenos observados”, aos “dados” e aos “resultados”, bem como a própria noção de “situação”, que supõe uma prática artístico/política. Quanto ao terceiro aspecto, também de viés empírico/prático, diz respeito aos tais fenômenos que, observados no verão de 1953, influenciaram um importante texto de Debord, chamado *Teoria da deriva*, de 1956:

A deriva se apresenta como uma técnica de passagem rápida por ambiências variadas. O conceito de deriva está indissolivelmente ligado ao reconhecimento de efeitos de natureza psicogeográfica e a afirmação de um comportamento lúdico-constructivo, o que o torna absolutamente oposto às tradicionais noções de viagem e passeio [...]. A deriva contém ao mesmo tempo esse deixar-se levar e sua contradição necessária: o domínio das variações psicogeográficas exercido por meio do conhecimento e do cálculo de suas possibilidades. (DEBORD, 2003c, p. 87).

---

<sup>5</sup> Os cabilas ou cabildas são um grupo étnico do noroeste da Argélia.

Inspirada pelas “deambulações” dadá/surrealistas, a deriva experimental era a estratégia metodológica da psicogeografia e da construção de situações, sendo assim, uma relevante atividade prática daquelas vanguardas – os Letristas, o IMIB/CoBrA e a LPA – que originaram a I. S. Considerando as datas mencionadas, o ano de 1953 parece ter sido decisivo para a formação da base conceitual que alicerçou a fundação do grupo em 1957. Chega-se à conclusão de que foi, aparentemente, a partir daquelas experiências “à deriva” – uma forma bem particular de errância, uma espécie de *flânerie* ativa, que vai além da contemplação e que tem como objetivo transformar e recriar o cotidiano de forma mais participativa e lúdica –, que as vanguardas pré-situacionista se uniram em torno das reflexões sobre a cidade.

Nesse contexto, entretanto, não há, nos textos<sup>6</sup> situacionistas, um desenvolvimento teórico satisfatório sobre a psicogeografia, e suas contribuições foram, acima de tudo, práticas e estéticas<sup>7</sup>. No que se refere às contribuições teóricas da I.S., *A sociedade do espetáculo*, publicada por Debord originalmente em 1967 (DEBORD, 1997) foi, sem dúvida, a de maior notoriedade. Consagrada em pesquisas nas diversas áreas das ciências humanas, a obra de Debord – um autoproclamado “doutor em nada”<sup>8</sup> – é fundamental para os estudos da comunicação. A sociedade do espetáculo, nesse sentido, “[...] poderia ser uma teoria de certa comunicação que substitui a mediação pela segregação e reduz à passividade qualquer possibilidade de troca.” (FERRARA, 2012, p. 181).

<sup>6</sup> Tanto os situacionistas como os grupos precedentes produziram uma vasta obra escrita, no entanto, apenas dois livros de grande repercussão: *A sociedade do espetáculo* (publicado em 1967), de Debord e *A arte de viver para as novas gerações*, (publicado em 1967), de Vaneigem, mas nenhum deles trata diretamente da psicogeografia. Por outro lado, produziram muitos panfletos e pequenos textos em periódicos, como a revista *Potlach* (publicada entre os anos 1952 e 1957), da Internacional Lettrista; a *Les lévres nues* (publicada entre os anos 1955 e 1956), editada por surrealistas belgas e, por fim, a revista *I. S.* (publicada entre os anos 1958 e 1969), já com o grupo estabelecido. Nessas publicações que tratavam de assuntos diversos, a temática da psicogeografia era bem recorrente. Embora, nenhum texto trate de um desenvolvimento preciso da psicogeografia enquanto teoria, são fundamentais para nortear os objetivos, estratégias e conceitos para tal meta. Destacam-se como possíveis precursores, o célebre *Formulário para um novo urbanismo* (publicado em 1953), de Chtcheglov, e *Introdução a uma crítica da geografia urbana* (publicado em 1955), de Debord. Outros textos relevantes são *Teoria da deriva* (publicado em 1956), de Debord; *Esboço de descrição psicogeográfica do Lês Halles de Paris* (publicado em 1958) de Khatib; *Outra cidade para outra vida* (publicado em 1959), de Nieuwenhuys; *O urbanismo unitário no fim dos anos 1950* (publicado em 1959) e *Crítica ao urbanismo* (publicado em 1961), ambos assinados pela I. S.; *Programa elementar do bureau de urbanismo unitário* (publicado em 1961), de Kotányi e Vaneigem; *Comentários contra o urbanismo* (publicado em 1961), de Vaneigem.

<sup>7</sup> Além de textos descritivos sobre suas atividades práticas, como *Esboço de descrição psicogeográfica do Lês Halles de Paris*, é importante mencionar a produção cartográfica do grupo. Utilizando fragmentos de “mapas oficiais” das cidades, os situacionistas encontraram uma interessante forma de representar visualmente as suas derivas, os “mapas psicogeográficos”. Os mais importantes são: *Guide psychogeographique de Paris. Discurso sobre as paixões do amor: pistas psicogeográficas da deriva e localização das unidades de ambiências* (publicado em 1956), *The Naked City: Ilustração da hipótese das plataformas giratórias psicogeográficas* (publicado em 1957) e o livro cartográfico *Mémoires* (publicado em 1959); todos de autoria de Debord e Jorn.

<sup>8</sup> É importante salientar a postura antiacadêmica da maioria dos membros da I.S., sobretudo Debord; embora sua obra seja, academicamente, a mais relevante. Nesse sentido, a falta de rigor nas citações e, até mesmo, algumas distorções devem ser levadas em consideração. O que, por sua vez, não compromete, nem diminui a relevância dos seus escritos.

Na Sociedade do Espetáculo, diz Debord (1997, p. 13): “Tudo que era vivido diretamente tornou-se uma representação”, de modo que “[...] o espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens” (1997, p. 14). Esse desenvolvimento mais teórico caracteriza uma segunda fase da I. S., voltada ao ataque sistemático da espetacularização da sociedade que, no entanto, vinha se desenvolvendo desde a fundação do grupo.

A intenção do artigo, por sua vez, é recuperar a noção de psicogeografia, a fim de contribuir para uma epistemologia da comunicação no sentido oposto ao da Sociedade do Espetáculo. Se esta última se refere à crítica da “sociedade mediada por imagens”, que “reduz à passividade qualquer possibilidade de troca”, a psicogeografia, conforme o contexto apresentado, supõe uma reflexão sobre a cidade – e sobre a comunicação – através da espontaneidade dos seus “momentos”, a fim de “[...] intensificar o rendimento vital da cotidianidade, sua capacidade de comunicação, de informação, bem como, e sobretudo, de fruição da vida.” (LEFEBVRE, 1959<sup>9</sup> apud INTERNACIONAL..., 2003b, p. 121). Assim, a psicogeografia não se volta para a simples transmissão comunicativa, quase sempre mediada de forma espetacular, mas para as transformações ocasionadas pelo comunicar:

Nesse sentido, o comunicar encontra-se nas camadas profundas da comunicação e atua como seu fantasma ou sua realidade de monstro. Para ver o comunicar, é necessário operar o avesso da comunicação e procurar-lhe as brechas e os vazios que nos possibilitam ir além do que se vê para que se possa enxergá-la quando ela nos olha e nos interroga. (FERRARA, 2015, p. 42).

Se a Sociedade do Espetáculo define a epistemologia de uma “comunicação passiva”, espera-se que a psicogeografia faça suas contribuições para uma epistemologia desse “avesso” da comunicação, ou seja, para o comunicar espontâneo, ativo, que, por sua vez, só pode ser flagrado empiricamente no cotidiano.

Neste trabalho, contudo, a psicogeografia será norteadada por teorias que devem elucidar as três interpretações da construção de situações elencadas por Perniola (2009). Mais precisamente a *psicológica*, a *técnico-urbanística* e a *existencial*, tendo em vista a complexidade dos fatores que direcionaram o grupo à interpretação *social-revolucionária*. Se a “situação construída” é uma das metas da psicogeografia, pretende-se,

<sup>9</sup> LEFEBVRE, Henri. La **Somme et le Reste**. Paris: Editions NEF, 1959.

demonstrar que dela, devidamente articulada com outras teorias, podem resultar contribuições para a comunicação enquanto produção de conhecimento, sobretudo pela relação íntima entre teoria e prática – epistemologia e empiria – voltada para a vida cotidiana, conforme as intenções da primeira fase dos situacionistas.

## 2 Psico + Geo + Grafia ≡ Comunicação

A partir de agora, o trabalho concentra-se em reflexões acerca da definição de psicogeografia estabelecida pela I. S. (2003a, p. 65), ou seja, no “[...] estudo dos efeitos precisos do meio geográfico, planejado conscientemente ou não, que agem diretamente no comportamento afetivo dos indivíduos.”. O que se pretende demonstrar é que tal definição supõe – para além das chamadas ciências “Psi” – a dimensão comunicacional do espaço geográfico. De modo que a comunicação e, sobretudo o comunicar, poderiam ser entendidos como equivalentes à somatória entre o prefixo “psico” e o substantivo “geografia”.

O primeiro refere-se à “alma”, à atividade mental que os gregos chamavam *psyché*; em relação à comunicação, a princípio, tal prefixo dispensa maiores explicações. Já o segundo, por outro lado, merece uma reflexão mais profunda. O termo “geo”, como se sabe, refere-se ao planeta terra, enquanto “grafia” é sinônimo de “escrita”. A Geografia é definida então como “[...] ciência que tem por objeto a descrição da superfície da Terra, o estudo dos seus acidentes físicos, climas, solos e vegetações, e das relações entre o meio natural e os grupos.” (FERREIRA, 2010, doc. não paginado).

Tal definição esconde, contudo, outra possível interpretação, pois está subentendido que antes de significar “escrever” – do latim “*scribere*” que significa “riscar” –, o termo “grafia” vem do grego “*graphien*” que significa “gravar”, isto é, “inscrever” e não “escrever” (FLUSSER, 2010). Essa etimologia autoriza pensar a geografia como estudo dos fenômenos “gravados”, “inscritos” na Terra e, portanto, além da mera “descrição” da sua superfície.

Não se trata, vale dizer, de questionar o papel da geografia, mas apenas de uma possível interpretação do termo, que pode ser encontrada em obras de geógrafos como Augustin Berque (2012), Milton Santos (2006) e o próprio Lefebvre (1999, 2002, 2006), para os quais a geografia se aproxima consideravelmente da comunicação. Em todos eles, todavia, encontram-se elementos adequados para pensar a psicogeografia.

Pode-se afirmar, nesse sentido, que “gravar” é tanto uma técnica quanto uma atividade comunicativa. O ato de “in-formar”, diz Flusser (2010, p. 26), é “[...] gravar formas



em algo.". É certo que um animal pode "gravar" uma pegada no solo e as intempéries "gravam" sua ação no relevo da terra, mas isso não implica necessariamente numa técnica, apesar de apresentarem aspectos comunicantes, pois "informam" algo.

Não obstante, considerando toda a superfície do planeta – e qualquer foto de satélite pode comprovar isso –, a humanidade poderia ser comparada a uma "guilda de gravadores" da terra. É isso, com efeito, que diferencia a humanidade dos outros animais e fenômenos da natureza. Tanto na geografia física, considerando a retroação entre cultura e natureza, quanto na geografia humana, há subáreas interessadas nas "inscrições" da humanidade.

Para Berque (2012, p. 9), o humano é um "[...] ser geográfico: um ser que grava (*graphien*) sua existência na terra (*gê*) sob formas de *geogramas* e que, em troca, fica gravado em certo sentido.". Isso permite dizer, contudo, que os tais *geogramas* são fenômenos de ordem psicogeográfica, pois "[...] agem diretamente no comportamento afetivo dos indivíduos.". Os *geogramas* são, conforme Berque (2012, p. 9), como a humanidade "[...] se apossa de seu meio a partir do triplo plano ecológico, técnico e simbólico.". Para compreendê-los, ou melhor, compreender as dinâmicas com que são "gravados" na terra pela humanidade e, ao mesmo tempo, "gravam" a humanidade numa espécie de "contragolpe", é preciso ir um pouco mais fundo na obra de Berque (2012).

Os *geogramas* são fatos geográficos que compõem aquilo que o autor chama de "a ecúmena"<sup>10</sup>; isto é, o "[...] conjunto dos meios humanos." (BERQUE, 2012, p. 5). A noção de ecúmena, por sua vez, é sempre uma relação, é "[...] a relação da humanidade com a extensão terrestre." (BERQUE, 2012, p. 5). É assim que a humanidade "grava" os *geogramas* na terra e estes "gravam" de volta a humanidade. Nessa relação, diz Berque (2012, p. 10), "[...] as técnicas estendem minhas mãos até o fim do mundo, enquanto o símbolo repatria o mundo no interior do meu corpo.". A "relação ecumenal", nesse sentido, implica tanto a geografia que se refere à materialidade das "coisas", quanto o prefixo "psico", relativo à "mente", ao "espírito", e, portanto, o imaterial.

Essa conexão entre o material e o imaterial, Berque (2012 p. 10) nomeou como *trajeção*: o "contínuo vai e vem entre nosso corpo e o mundo". Assim, "[...] o ser humano está com a metade fora de seu corpo: na ecúmena. Aí está sua essencial e específica *mediância*"<sup>11</sup>

<sup>10</sup> O autor baseia-se no termo grego *oikoumenê gê* que significa "a terra habitada", por isso escreve no feminino.

<sup>11</sup> No texto utilizado como referência, o termo *mediância* aparece traduzido como "mediância". É um neologismo francês que se baseia no trabalho de Tetsuro Watsuji, filósofo japonês de grande influência em Berque. Dada essa imprecisão terminológica, opta-se aqui, pela utilização do termo em francês.



(do latim *medietas*: metade), à qual indissociavelmente responde a *mediánce* de seu meio” (BERQUE, 2012, p. 9):

A ideia de *mediánce* (*fûdosei*) tem sua origem em Watsuji [...] Entretanto, o essencial se encontra já na definição que ele deu: a *mediánce* é o “momento estrutural da existência humana” (*ningensonzai no kôzôkeiki*). Dito de outra forma, é o poder que tem nosso meio de dispor nosso ser num determinado sentido. (BERQUE, 2012, p. 9).

Como é possível observar, o léxico de Berque (2012) ultrapassa a geografia e revela afinidades elementares com a comunicação, resultando, com efeito, em uma fortuita, por assim dizer, “teorização” da psicogeografia, embora o autor não utilize o termo. Se a *mediánce* “[...] é o poder que tem nosso meio de dispor nosso ser num determinado sentido” (BERQUE, 2012, p. 9), é a sua realidade *trajetiva* que, no entanto, “age diretamente no comportamento afetivo dos indivíduos” (INTERNACIONAL..., 2003a, p. 65):

Tal é a pulsação existencial que, do fundo do corpo ao fim do mundo, do fim do mundo ao fundo do corpo, anima a *mediánce* dos meios humanos. Por isso, cada um de nós traz em si o mundo; e é por isso que o mundo nos interessa: no seio de nós mesmos, ele repercute na nossa cabeça e nas nossas vísceras. É o que faz com que os *geogramas*, estes motivos eco-tecno-simbólicos, sejam motivos de nosso ser. Eles o motivam e eles o afetam. (BERQUE, 2012, p. 10).

No texto mencionado de Debord, *A teoria da Deriva*, há uma citação de Marx que, de modo simplificado, diz algo muito similar: “Os homens não veem nada em torno de si que não seja o próprio rosto, tudo lhes fala deles mesmos. Até a paisagem é algo vivo.”<sup>12</sup> (DEBORD, 2003c, p. 88). Ora, isso acontece porque, segundo Berque (2012), o espaço “gravado” pela humanidade tem essa *trajeção* que faz a costura entre as “gravuras na terra” (geografia) e as “almas” (*psico*) daquela “guilda de gravadores” que as produz. Há, no entanto, e para concluir esta breve elucidação do léxico de Berque (2012), uma distinção entre a *trajetividade primeira* das coisas cotidianas, e a *trajetividade segunda*, dos objetos da ciência.

---

<sup>12</sup> Conforme aludido em nota anterior, Debord não era muito rigoroso quando citava alguém. Portanto, não há referências à obra de Marx em que o trecho citado foi extraído.

Em uma perspectiva muito similar a de Berque (2012) – e que pode explicar a dinâmica dessas duas *trajetividades* –, Santos (2006) também dá suas contribuições para teorizar a psicogeografia. Para o geógrafo brasileiro, o usuário é afetado pelo ambiente geográfico por meio dos seus fixos e fluxos, isto é, os sistemas de objetos e ações que os compõem. No entanto, são as relações entre eles – usuários, fluxos e fixos – que produzem o “espaço geográfico”, o espaço “gravado”. Nesse sentido, o autor propõe como categorias de análise a *tecnosfera*, relativa aos fixos, e a *psicosfera*, relativa aos fluxos:

A tecnosfera é o mundo dos objetos, a psicosfera é a esfera da ação. E os objetos, naturais ou artificiais, são híbridos, já que não têm existência real, valorativa, sem as ações. Assim cada lugar, cada subespaço, tanto se define por sua existência corpórea, quanto por sua existência relacional. De resto, é assim que os subespaços existem e se diferenciam uns dos outros. (SANTOS, 2006, p. 257)

Na citação acima, quando fala em híbridos, Santos (2006)<sup>13</sup> está se referindo diretamente ao trabalho de Bruno Latour (2009)<sup>14</sup>, que propõe negar qualquer separação, ou “purificação” ontológica, entre sujeito e objeto, entre natureza e sociedade. Trata-se de ontologias que não podem ser pensadas fora de sua existência relacional:

Vamos dizer apenas que os quase-objetos quase-sujeitos traçam redes. São reais, bem reais, e nós humanos os criamos. Mas são coletivos, uma vez que nos ligam uns aos outros, que circulam por nossas mãos e nos definem por sua própria circulação. São discursivos, portanto, narrados, históricos, dotados de sentimento e povoados de actantes com formas autônomas. São instáveis e arriscados, existenciais e portadores de ser. (LATOUR, 2009, p. 88).

Na esteira de pensamento de Latour (2009), Santos (2006) pensa o espaço geográfico através de “redes sociotécnicas” formadas pela *psicosfera* e a *tecnosfera*. Quando o geógrafo menciona os “subespaços” que se diferenciam, refere-se a certas regiões e lugares que emergem de “[...] uma diversidade socioespacial, encaixada em ecologias sociotécnicas recriadas ao longo da história urbana e ampliadas no momento atual.” (SANTOS, 2006, p. 308). Tais “redes sociotécnicas”, como foi visto, são *trajetivas*, de modo

<sup>13</sup> Obra originalmente publicada em 1996.

<sup>14</sup> Obra originalmente de 1991.

que “[...] são, pela metade, o próprio ser humano.” (BERQUE, 2012, p. 10). Lembrando que são ontologicamente ecológicas, técnicas e simbólicas. Dada a incapacidade de uma reflexão fora de sua existência relacional, Santos (2006) diz que a *tecnosfera* e a *psicosfera* são “indissociáveis”, “solidárias” e, ao mesmo tempo, “contraditórias”. Isso porque:

Os objetos não têm realidade filosófica, isto é, não nos permitem o conhecimento, se os vemos separados dos sistemas de ações. Os sistemas de ações também não se dão sem os sistemas de objetos. Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma. (SANTOS, 2006, p. 63).

A citação acima trata, de certa maneira, daquela dinâmica entre a *trajetividade primeira*, das coisas da vida cotidiana, e a *trajetividade segunda*, dos objetos da ciência e da técnica. Para Santos (2006), as relações entre *tecnosfera* e *psicosfera* apresentam distintas densidades, a *técnica*, a *informacional* e a *comunicacional*:

A *densidade técnica* é dada pelos diferentes graus de artifício. [...] onde espaços inteligentes são dispostos apenas para atender prontamente às intenções dos que o conceberam e produziram.

A *densidade informacional* deriva, em parte, da densidade técnica. [...] A informação unívoca, obediente às regras de um ator hegemônico, introduz, no espaço, uma intervenção vertical, que geralmente ignora o seu entorno, pondo-se a serviço de quem tem os bastões de comando.

A *densidade comunicacional* resulta [...] do cotidiano partilhado, [...] criador da interdependência obrigatória e da solidariedade, geradas pelas interações cara a cara. (SANTOS, 2006, p. 256-257).

Assim, aproximando as *densidades* de Santos (2006) e as *trajetividades* de Berque (2012), observa-se que as *densidades técnica* e *informacional* se referem à *trajetividade segunda*. E a densidade comunicacional, por sua vez, relativa ao “espaço banal do cotidiano” (SANTOS, 2006), à *trajetividade primeira*. Nesse sentido, com base na definição dos situacionistas e nas teorias aqui apresentadas, é absolutamente adequado dizer que a psicogeografia é o estudo da *trajetividade* – ou existência relacional – entre a *psicosfera* e a *tecnosfera*. No entanto, para ser mais fiel aos objetivos da I. S. que tinham a transformação

radical da vida cotidiana como horizonte, trata-se, conforme será elucidado adiante, de articular taticamente a *trajetividade primeira* com a meta de subverter a *trajetividade segunda*.

Assim, se a intenção aqui se volta para o comunicar – “escondido na comunicação como seu fantasma ou sua realidade de monstro” – é, a princípio, a *trajecção* de primeira ordem, espontânea e imprevisível que mais interessa. Nesse sentido, Santos ressalta que “[...] as relações técnicas e informacionais podem ser ‘indiferentes’ ao meio social ambiente. As relações comunicacionais são, ao contrário, uma resultante desse meio social ambiente.” (SANTOS, 2006, p. 258). Pode-se dizer, com efeito, que é para esse resultado que a psicogeografia inclina-se, de modo que a observação de Santos parece sustentar aquele “cálculo” que intitula este item: Psico + Geo + Grafia = Comunicação, isto é, a psicogeografia é equivalente à comunicação.

Contudo, vale sempre lembrar que se trata de híbridos e, portanto, as densidades não são estanques. Ao contrário, a noção de *trajetividade* implica exatamente a costura entre elas: a comunicacional/ecológica, a informacional/simbólica e a técnica, daí a tríplice ontologia dos *geogramas*. É essa “costura *trajetiva*” que “grava” o espaço e, ao mesmo tempo, “grava” o usuário desse espaço. É ela que, não obstante, produz o espaço e produz o usuário, indissociáveis dessa existência relacional.

Para Lefebvre – que evidentemente tem muito a contribuir para a psicogeografia, dada a proximidade com a I. S. em sua primeira fase –, o espaço é produzido e reproduzido através das relações sociais, econômicas, culturais e políticas. Para explicar essa dinâmica, o sociólogo distingue três variáveis que produzem o espaço: o “percebido”, o “concebido” e o “vivido” (LEFEBVRE, 2006, p. 65). O “percebido”, chamado *prática espacial*, é o que produz o espaço através das relações cotidianas. Nas *práticas espaciais*, as relações de poder tendem à horizontalidade. O espaço “concebido” refere-se às *representações do espaço*, que se estabelecem por signos e códigos pré-elaborados por cientistas, planejadores e outros técnicos. Nas *representações do espaço*, portanto, as relações de poder tendem à verticalidade e estão sempre relacionadas ao “modo de produção”, no sentido de Marx. Já o espaço “vivido”, Lefebvre nomeia como *espaços de representação*. É esta, no entanto, a mais complexa das três variáveis, visto que é nos *espaços de representação* que ocorre o tensionamento entre o “percebido” – *trajetividade primeira* – e o “concebido” – *trajetividade segunda* – que nem sempre é pacífico. “Trata-se do espaço dominado, portanto, suportado, que a imaginação tenta modificar e apropriar.” (LEFEBVRE, 2006, p. 66).

Antes de dar continuidade à elucidação das variáveis de Lefebvre, vale enfatizar uma questão. Nota-se que nesses três autores ligados à geografia – Berque, Santos e Lefebvre – aparecem conceitos com afinidades relevantes, de modo que se complementam de alguma forma. Qualquer aparente incoerência entre eles não deve ser encarada com discrepância. Ao contrário, se, por exemplo, as *representações do espaço* lefebvrianas não são especificamente a mesma coisa que a *densidade informacional* para Santos (2006), não significa que a questão fundamental de ambas não seja, mais ou menos, a mesma. Se há um leve descompasso entre um termo e outro, é só mais um sinal de que não são conceitos estanques e devem sempre ser pensados de forma *trajetiva*/relacional.

Há, entretanto, uma inquestionável aproximação entre as variáveis de Lefebvre e as interpretações levantadas por Perniola (2009), isto é, do “percebido” com a *psicológica*, do “concebido” com a *técnica-urbanística* e do “vivido” com a *existencial*. Nesse sentido, uma abordagem situacionista dessas variáveis ficaria mais ou menos assim: no capitalismo, cada vez mais, cidade é “concebida” de forma espetacular – no sentido da crítica debordiana –, de modo que o “vivido” é, por sua vez, permeado de *representações “espetaculares” do espaço*. O espaço pode, então, ser “percebido” de forma passiva, por um usuário espectador/receptor, ou de forma ativa, por um usuário/artista/emissor/receptor.

Para a I. S., todavia, a psicogeografia não visava mera observação dessa dinâmica, mas, fundamentalmente, a sua compreensão a fim de, por meio da *prática espacial*, transformar e “desespetacularizar” os *espaços de representação*. Tal atividade deveria resultar na e da apropriação das *representações do espaço* por parte dos usuários/artistas, isto é, na e da transformação destes em “gravadores” predominantes do ambiente em que vivem.

A intenção dos situacionistas era, de forma geral, a aproximação entre o “percebido” e o “concebido”, a fim de transformar o “vivido”. O “concebido”, por sua vez, não seria mais domínio dos técnicos e especialistas, mas efetivamente daqueles usuários/artistas. Era esse o papel do que chamavam de “urbanismo unitário”: “Teoria do emprego conjunto de artes e técnicas que concorrem para a construção integral de um ambiente em ligação dinâmica com experiências de comportamento” (INTERNACIONAL..., 2003a, p. 65). Nessa perspectiva, é possível dizer que o grupo tinha pretensões de superar a construção de situações de *trajetividade primeira*, cotidianas, e se apropriar da *trajetividade segunda* através de um uso situacionista das técnicas. Essa superação, entretanto, é impensável no regime capitalista,

daí a passagem da interpretação *existencial* para a *social-revolucionária* a que se refere Perniola (2009).

Não é esta, entretanto, a intenção do trabalho. Não se trata de promover transformações diretas no “vivido”, mas de pensar ferramentas e estratégias capazes de apreender as transformações que nele ocorrem, embora esse pensamento, em si mesmo, já equivalha a alguma transformação. O “vivido” não é composto apenas do que é “concebido” por especialistas, mas também é lugar de um tensionamento entre “concebido” e o “percebido”, que implica, por assim dizer, uma dimensão residual<sup>15</sup> feita de “concepções do percebido”. E essa dimensão, por sua vez, só pode ser apreendida pela atividade empírico-investigativa. Assim, a despeito de qualquer ação premeditada de um usuário ou grupo, esses resíduos das *práticas espaciais* cotidianas atuam diretamente na produção da cidade, e, por consequência, na produção de subespaços na cidade; os seus lugares.

Em *Perspectivas de modificações conscientes na vida cotidiana*<sup>16</sup> (1961), Debord (2003b) menciona como a noção de resíduo está indiretamente posta na forma como Lefebvre define a vida cotidiana, isto é, aquilo “[...] que resta quando se retiram do vivido todas as atividades técnicas.” (LEFEBVRE, 2002<sup>17</sup>). Se é o que resta, é também um resíduo, mas este não deve ser pensado como algo descartável, uma vez que,

[...] a vida cotidiana não é tudo, embora esteja em osmose com as atividades especializadas a ponto de, sob certo aspecto, nunca ninguém estar fora da vida cotidiana [...] Nela se inicia cada projeto, e cada realização a ela retorna em busca de uma verdadeira significação. A vida cotidiana é a medida de tudo. (DEBORD, 2003b, p. 145).

Se a vida cotidiana é aquilo que resta das atividades técnicas, por outro lado, enquanto “medida de tudo”, ela também deixa seus “resíduos” naquelas atividades. Portanto, se o comunicar, da ordem “percebido”, é o que resta da comunicação “concebida”, mediada pelos meios técnicos, o comunicar é também um fenômeno residual. É um resíduo que, no entanto, não deixa de impregnar a comunicação “concebida”. Não obstante, se a

<sup>15</sup> A preparação deste artigo se deu, entre orientadora e orientando, no contexto da elaboração da pesquisa de doutoramento **A vida, a morte e aquilo que sobra: os espaços residuais como elementos de uma ecologia comunicacional dos lugares da cidade**, iniciada em 2014 no Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PEPGCOS/PUC-SP). O termo “resíduo”, portanto, se insere aqui como consequência das reflexões daquela pesquisa.

<sup>16</sup> Trata-se da transcrição de uma palestra de Debord, em 17 de maio de 1961, no *Groupe de Recherches sur la vie quotidienne* (Grupo de Pesquisa sobre a vida cotidiana), liderado por Lefebvre no *Centre d'études sociologiques* do CNRS.

<sup>17</sup> Obra original de 1961.

proposta deste artigo é aproximar a psicogeografia de uma epistemologia da comunicação relativa ao “vivido” – ou seja, na qual a *psicosfera* e a *tecnosfera*; as *trajetividades*, *primeira* e *segunda*; a *vida cotidiana* e as *atividades técnicas*, são “indissociáveis, solidárias e contraditórias” e jamais similares, como argumenta Santos (2006) –, os resíduos trocados entre o “concebido” e o “percebido” não podem ser ignorados.

### 3 Considerações residuais

Espera-se que os argumentos possam contribuir para iniciar uma recuperação do conceito de psicogeografia que, sem abandonar o empírico, adote um viés mais teórico. Refletindo sobre a geografia pensada como “terra gravada”, alguns conceitos e categorias, aqui apresentados, destacam-se como propostas para pensar a psicogeografia como elemento de uma epistemologia do comunicar cotidiano. Com base no levantamento exposto, é adequado dizer que o comunicar é um fenômeno inerente à *trajetividade primeira*, à *densidade comunicacional* e à *prática espacial* que, no entanto, ocorre nos *espaços de representações* e se “esconde” na *densidade informacional*. Com efeito, o comunicar é sempre influenciado, de forma positiva e/ou negativa, pela *trajetividade segunda*. Essa influência recíproca, como se viu, dá-se pelos resíduos trocados entre o “concebido” e o “percebido” no “vivido”.

A *prática espacial* de uma sociedade, diz Lefebvre (2006, p. 65), “secreta seu espaço; ela o põe e o supõe, numa interação dialética: ela o produz lenta e seguramente, dominando-o e dele se apropriando”. O comércio informal nas ruas; as apropriações “poéticas” dos *pixadores*, *grafiteiros* e outros artistas; as apropriações “esportivas” dos *skatistas*, *ciclistas*, *traceurs*<sup>18</sup>, etc.; as apropriações “técnicas”, como o chamado “urbanismo tático” ou “urbanismo participativo”, que consistem em modificações deliberadas, tanto efêmeras quanto duráveis, promovidas por usuários tendo como base práticas colaborativas do tipo “faça você mesmo”; as moradias informais, tanto de moradores de rua como dos movimentos de moradia e resistência. Esses exemplos revelam que as *práticas espaciais* podem ir muito além do “percebido” e, por sua vez, atuar diretamente no “vivido” com a criação de dimensões residuais do “concebido”.

---

<sup>18</sup> *Traceurs* é o nome dado aos praticantes do “*le parkour*”, esporte criado na França baseado na *méthode naturelle* (Método Natural de Educação Física) desenvolvida por Georges Hébert (1875 – 1957). O *parkour* consiste num deslocamento do usuário/atleta pela cidade de forma bastante inusitada, saltando e escalando os elementos arquitetônicos.



Em todos esses casos, e em muitos outros, os sujeitos que os promovem são aqueles usuários/artistas/emissores/receptores, que, todavia, são “gravadores” do ambiente urbano. Os exemplos acima, contudo, deixam claro que é apropriado dizer que uma *prática espacial* pode se aproximar do “concebido”, mas o faz na medida em que ela “deve possuir certa coesão, o que não quer dizer uma coerência” (LEFEBVRE, 2006, p. 66). Considerando que a “coerência” resulta da visão instrumental da cidade, predominante nas *representações do espaço*, nas quais “tudo deve integrar-se numa ordem (aparente e fictícia) fortalecida pelas coações. Tudo, salvo um resíduo de desordem e de liberdade, às vezes tolerado, às vezes perseguido” (LEFEBVRE, 1999, p. 44).

Não obstante, a *prática espacial* deixa esses resíduos no “concebido” que, por assim dizer, resultam de “agenciamentos<sup>19</sup> potenciais de enunciação que habitam, secretamente, o caos urbano e arquitetural” (GUATTARI, 2012, p. 141). Nesse contexto, a *prática espacial* toma a posição central em relação à problemática da psicogeografia e, conseqüentemente, do comunicar. Contudo, vale salientar que semelhante à *dimensão comunicacional* de Santos (2006), ela não pode ser pensada fora de sua existência relacional/*trajetiva*, pois é dependente e indissociável das outras categorias. Tal condição, por sua vez, acarreta certa instabilidade e fragilidade dos eventuais objetos de estudo da psicogeografia que, com efeito, não costumam ser dados de antemão, mas devem ser flagrados empiricamente no cotidiano.

Como adverte Lefebvre (2006, p. 65): “para a análise, a *prática espacial* de uma sociedade se descobre decifrando seu espaço”. Assim, por mais que a intenção aqui seja refletir sobre as conseqüências epistemológicas da psicogeografia, essa não pode jamais ser pensada fora de sua dimensão empírica relacionada à prática da deriva, visto que:

[...] recortar, na experiência comunicativa, frágeis observações aparentemente descontínuas e irrelevantes constitui o cerne da própria atividade empírica que vive de resíduos observados, mas não obrigatoriamente observáveis, visto tratar-se de simples resíduos. (FERRARA, 2015, p. 118).

---

<sup>19</sup> Para Deleuze e Guattari, a noção de agenciamento comporta sempre dois seguimentos: “[...] um de conteúdo, o outro de expressão. Por um lado, ele é um *agenciamento maquínico de corpos*, de ações e paixões, mistura de corpos reagindo uns sobre os outros; por outro lado, *agenciamento coletivo de enunciação*, de atos e de enunciados, transformações incorpóreas sendo atribuídas aos corpos.” (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 31). Os agenciamentos, nesse sentido, são sempre *trajetivos*, já que se trata de uma costura entre os seguimentos material e o imaterial.

Por meio da deriva, da experiência errante, o usuário/pesquisador/psicogeógrafo pode, por assim dizer, conhecer o “percebido”. Isto é, entrar em contato, direto e/ou indireto, com a tal dimensão residual, composta por infinitas formas de *práticas espaciais* criadoras de “subespaços” que, todavia, são “concebidos” pelo “percebido”. A psicogeografia, nessa perspectiva, não se interessa por uma visão *panóptica* da cidade, como os planos *birdeye* dos filmes e mapas, mas propõe um olhar *oligóptico*<sup>20</sup> dos seus lugares.

O lugar e o cotidiano estão diretamente relacionados, ou melhor, como define Santos (2006, p. 322), o lugar é “um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições”, nele “a cooperação e conflito são a base da vida em comum”:

O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade. (SANTOS, 2006, p. 322)

Os lugares são “espaços gravados” pela ação do cotidiano e o são de diferentes formas, pois nele tudo se mistura: o “percebido”, o “concebido”, o “vivido”; a *tecnosfera* e a *psicosfera* em todas as suas dimensões; as distintas *trajetividades*; a comunicação e o comunicar. Tal mistura, por sua vez, é possível, visto que é feita dos resíduos dessas variáveis que se contaminam. Nessa perspectiva, os lugares da cidade são, de alguma forma, resíduos que, uma vez combinados de acordo com um determinado referencial, criam diferentes leituras e narrativas sobre uma mesma cidade. A noção de resíduo, nessa perspectiva, parece bem ajustada a essa teorização da psicogeografia.

A contribuição mais relevante dessa reflexão, aparentemente, é a definição provisória de uma espécie de “léxico psicogeográfico” complementar àquele da I. S. Além da situação construída, dos momentos, do urbanismo unitário, da deriva, da sociedade do espetáculo e da vida cotidiana, falou-se em espaço gravado, geogramas, *mediância*, trajeção, *tecnosfera*, *psicosfera*, dimensões do espaço, subespaços, redes sociotécnicas, híbridos, percebido, concebido, vivido, espaço banal, lugar, comunicar, *oligóptica*, resíduos, etc. Alguns termos foram desenvolvidos com mais profundidade, outros apenas mencionados,

---

<sup>20</sup> Os *oligópticos* são, conforme Latour (2005, p. 181), o oposto dos *panópticos*, eles “veem muito pouco, mas o que veem, veem bem”.

mas como o objetivo deste artigo é refletir sobre uma possível teorização, entende-se que o resultado alcançado é satisfatório.

Desenvolver a psicogeografia – ou melhor, o que ela implica – por um viés teórico, contudo, não é uma tarefa recente, tampouco original. Sem utilizar o termo, Santos (2006, p. 321) alude à necessidade de uma teoria similar:

Através do entendimento desse conteúdo geográfico do cotidiano poderemos, talvez, contribuir para o necessário entendimento (e, talvez, teorização) dessa relação entre espaço e movimentos sociais, enxergando, na materialidade, esse componente imprescindível do espaço geográfico, que é, ao mesmo tempo, uma condição para a ação; uma estrutura de controle, um limite à ação; um convite à ação. Nada fazemos hoje que não seja a partir dos objetos que nos cercam. (SANTOS, 2006, p. 321).

A citação acima sintetiza o problema aqui levantado, pois atenta para a urgência de uma reflexão sobre as questões socioespaciais que consideram sua existência relacional, as suas trajeções e hibridizações entre o imaterial e o material. Estudar essas relações depende de um engajamento do pesquisador em uma epistemologia igualmente híbrida, como é a psico (imaterial) geografia (material) e, com efeito, a comunicação. Nessa hibridização, está incluído, também, o par empiria/epistemologia, sem o qual uma teoria psicogeográfica seria impossível.

A noção de híbrido implica, de certa maneira, aquela dimensão residual. O híbrido, grosso modo, é uma mistura de resíduos das “coisas”. Assim, uma epistemologia da comunicação voltada para o comunicar cotidiano é uma epistemologia da “comunicação residual”. Vale dizer, contudo, que a noção de resíduo aqui é tomada mais pela sua contingência, isto é, como algo disponível, do que como algo a ser descartado. Nessa perspectiva, estudar a vida cotidiana, incumbência prioritária da psicogeografia, é estudar a forma como a dimensão residual das “coisas” se articulam. Entretanto, como provoca Debord (2003b, p. 144), o conceito de vida cotidiana “abrange um resíduo da realidade catalogada e classificada, resíduo com o qual alguns não gostam de se confrontar”.

## Referências

- BERQUE, Augustin. Geogramas, por uma ontologia dos fatos geográficos. **Geograficidade: Dossiê Sabores Geográficos**, Niterói, v. 2, n. 1, verão 2012, p. 4-12. Disponível em: <<http://www.uff.br/posarq/geograficidade/revista/index.php/geograficidade/article/view/26/pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2015.
- DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DEBORD, Guy. Introdução a uma crítica da geografia urbana. In: JAQUES, Paola Berenstein. **Apologia da deriva: escritos situacionistas sobre a cidade**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003a. p. 39-42.
- DEBORD, Guy. Perspectivas de modificações conscientes na vida cotidiana. In: JAQUES, Paola Berenstein. **Apologia da deriva: escritos situacionistas sobre a cidade**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003b. p. 143-152.
- DEBORD, Guy. Teoria da Deriva. In: JAQUES, Paola Berenstein. **Apologia da Deriva: escritos situacionistas sobre a cidade**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003c. p. 87-91.
- DELEUZE, Gilles ; GUATTARI, Félix. **Mil platos**. São Paulo: Ed. 34, 2011. v. 2.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. Geografia. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. **Novo dicionário eletrônico Aurélio**. Curitiba: Positivo, 2010. Versão 5.0.
- FERRARA, Lucrécia. A comunicação como espetáculo epistemológico. In: FERRARA, Lucrécia. (Org.), **Os nomes da Comunicação**. São Paulo: Annablume, 2012. p. 178-181.
- FERRARA, Lucrécia. **Comunicação, mediações e interações**. São Paulo: Paulus, 2015.
- FLUSSER, Vilém. **A escrita**. Há um futuro para a escrita? São Paulo: Annablume, 2010.
- GUATTARI, Felix. **Caosmose: um novo paradigma estético**. São Paulo: Editora 34, 2012.
- INTERNACIONAL SITUACIONISTA. Definições. In: JAQUES, Paola Berenstein (Org.). **Apologia da deriva: escritos situacionistas sobre a cidade**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003a. p. 65-66.
- INTERNACIONAL SITUACIONISTA. Teoria dos momentos e construção de situações. In: JAQUES, Paola Berenstein (Org.). **Apologia da deriva: escritos situacionistas sobre a cidade**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003b. p. 121-122.
- LATOUR, Bruno. **Reassembling the social: an introduction to actor-network theory**. New York, Oxford University Press, 2005.
- LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**. São Paulo: Editora 34, 2009.

LEFEBVRE, Henri. **Henri Lefebvre e a Internacional Situacionista**. Entrevista conduzida por Kristen Ross, 1983. Disponível em: <<http://guy-debord.blogspot.com.br/2009/06/henri-lefebvre-e-internacional.html>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

LEFEBVRE, Henry. **Critique of everyday life**. New York: Verso, 2002. v. 2.

LEFEBVRE, Henry. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henry. **A produção do espaço**. 2006. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/CarvalhoFilipes/henry-lefebvre-a-produo-do-espao>>. Acesso em: 23 fev. 2015.

PERNIOLA, Mario. **Os situacionistas: o movimento que profetizou a “Sociedade do Espetáculo”**. São Paulo: Annablume, 2009.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: USP, 2006.

## For a psychogeographical theory of communication

### Abstract

Considering the absence of communicational theories that face the spontaneously and unpredictable daily communications process in quotidian, the paper aims to reflect about the concept of psycho geography, in order to approach that purpose. The term psycho geography has been used by the International Situationist to designate their studies about the influences that reach the relationship between the individual and the geographic ambient. We propose a bind between the practical/empirical Situationist trends and the theories of geographers such as Augustin Berque, Milton Santos and Henry Lefebvre, for whom the relation of the humankind with the environment are, ultimately, a communicative relationship.

### Keywords

Communication. City. Everyday life. Place. Technique.

## Por una teoría psicogeográfica de la comunicación

### Resumen

Teniendo en cuenta cierta escasez de teorías de la comunicación centradas a la espontaneidad del comunicar cotidiano, este trabajo intenta reflexionar sobre el concepto de psicogeografía con tal fin. El término Psicogeografía fue utilizado por la Internacional Situacionista para designar los estudios del grupo acerca de las influencias que afectan las relaciones entre individuo y entorno geográfico. Proponemos un vínculo entre la orientación práctica/empírica de los situacionistas con la teoría de geógrafos como Augustin Berque, Milton Santos y Henry Lefebvre, que consideran que la relación de la humanidad con su entorno es, ante todo, una relación comunicativa.

### Palabras-clave

Comunicación. Ciudad. Cotidiano. Lugar. Técnica.

Recebido em 27/10/2016

Aceito em 13/05/2017